

CONFERÊNCIA XXXI

A DISSECÇÃO DA PERSONALIDADE PSÍQUICA¹

SENHORAS E SENHORES:

Sei que estão conscientes, no que diz respeito aos seus próprios relacionamentos, seja com pessoas, seja com coisas, da importância do ponto de partida dos senhores. Também foi isto o que se passou com a psicanálise. Não foi uma coisa sem importância, para o curso do seu desenvolvimento ou para a acolhida que ela encontrou, o fato de ela ter começado seu trabalho sobre aquilo que é, dentre todos os conteúdos da mente, o mais estranho ao ego — sobre os sintomas. Os sintomas são derivados do reprimido, são, por assim dizer, seus representantes perante o ego; mas o reprimido é território estrangeiro para o ego — território estrangeiro interno — assim como a realidade (que me perdoem a expressão inusitada) é território estrangeiro externo. A trajetória conduziu dos sintomas ao inconsciente, à vida dos instintos, à sexualidade; e foi então que a psicanálise deparou com a brilhante objeção de que os seres humanos não são simplesmente criaturas sexuais, mas têm, também, impulsos mais nobres e mais elevados. Poder-se-ia acrescentar que, exaltados por sua consciência desses impulsos mais elevados, eles muitas vezes assumem o direito de pensar de modo absurdo e desprezar os fatos.

Os senhores estão bem informados. Já desde o início temos dito que os seres humanos adoeçam de um conflito entre as exigências da vida instintual e a resistência que se ergue dentro deles contra esta; e nem por um momento nos esquecemos dessa instância que resiste, rechaça, reprime, que

¹ [A maior parte do material desta conferência deriva-se (com algumas amplificações) dos Capítulos I, II, III e V de *O Ego e o Id* (1923b).]

consideramos aparelhada com suas forças especiais, os instintos do ego, e que coincide com o ego da psicologia popular. A verdade foi simplesmente que, em vista da natureza laboriosa do progresso feito pelo trabalho científico, até mesmo a psicanálise não conseguiu estudar todas as áreas simultaneamente e expressar suas opiniões sobre todos os problemas de um fôlego só. Mas, por fim, atingiu-se o ponto em que nos foi possível desviar nossa atenção do reprimido para as forças repressoras, e encontramos esse ego que parecia tão evidente por si mesmo, com a segura expectativa de que aqui novamente haveríamos de encontrar coisas para as quais não podíamos estar preparados. Não foi fácil, porém, encontrar uma abordagem inicial; e é a respeito disto que pretendo falar-lhes hoje.

Devo, no entanto, transmitir-lhes a minha suspeita de que esta minha exposição sobre psicologia do ego os influenciara de forma diferente da introdução ao submundo psíquico, a qual a precedeu. Não posso dizer com certeza por que isto tem de ser assim. Pensei, antes, que os senhores descobririam que, enquanto anteriormente eu lhes relatei principalmente fatos, embora estranhos e característicos, os senhores, agora, estarão ouvindo principalmente opiniões — isto é, investigações teóricas. Isto, contudo, não contradiz a situação. Considerando melhor, devo afirmar que o montante da elaboração do material concreto de nossa psicologia do ego não é muito maior do que era na psicologia das neuroses. Fui obrigado a rejeitar também outras explicações do resultado que prevejo: agora acredito que é, de certo modo, uma decorrência da natureza do material em si, e de não estarmos acostumados a abordá-lo. Em todo caso, não me surpreenderei se os senhores se mostrarem ainda mais reservados e cautelosos no seu julgamento do que até agora.

Pode-se esperar que a própria situação em que nos encontramos no início de nossa investigação nos aponte o caminho. Queremos transformar o ego, o nosso próprio ego, em tema de investigação. Mas isto é possível? Afinal, o ego é, em sua própria essência, sujeito; como pode ser transformado em objeto? Bem, não há dúvida de que pode sê-lo. O ego pode

tomar-se a si próprio como objeto, pode tratar-se como trata outros objetos, pode observar-se, criticar-se, sabe-se lá o que pode fazer consigo mesmo. Nisto, uma parte do ego se coloca contra a parte restante. Assim, o ego pode ser dividido; divide-se durante numerosas funções suas — pelo menos temporariamente. Depois, suas partes podem juntar-se novamente. Isto não é propriamente novidade, embora talvez seja conferir ênfase incomum àquilo que é do conhecimento geral. Por outro lado, bem conhecemos a noção de que a patologia, tornando as coisas maiores e mais toscas, pode atrair nossa atenção para condições normais que de outro modo nos escapariam. Onde ela mostra uma brecha ou uma rachadura, ali pode normalmente estar presente uma articulação. Se airmos ao chão um cristal, ele se parte, mas não em pedaços ao acaso. Ele se desfaz, segundo linhas de clivagem, em fragmentos cujos limites, embora fossem invisíveis, estavam predeterminados pela estrutura do cristal. Os doentes mentais são estruturas divididas e partidas do mesmo tipo. Nem nós mesmos podemos esconder-lhes um pouco desse temor reverente que os povos do passado sentiam pelo insano. Eles, esses pacientes, afastaram-se da realidade externa, mas por essa mesma razão conhecem mais da realidade interna, psíquica, e podem revelar-nos muitas coisas que de outro modo nos seriam inacessíveis.

Um dos grupos dentre tais pacientes, nós o descrevemos como padecendo de delírios de estar sendo observado. Queixam-se a nós de que, permanentemente, e até em suas ações mais íntimas, estão sendo molestados pela observação de poderes desconhecidos — presumivelmente pessoas — e que, em alucinações, ouvem essas pessoas referindo o resultado de sua observação: 'agora ele vai dizer isto, agora ele está se vestindo para sair' e assim por diante. Uma observação dessa espécie ainda não é a mesma coisa que perseguição, mas não está longe disto; pressupõe que as pessoas desconfiam deles e esperam pilhá-los executando atos proibidos pelos quais seriam punidos. Como seria se essas pessoas insanas estivessem certas, se em cada um de nós estivesse presente no ego uma instância como essa que observa e ameaça punir, e que nos doentes mentais se tornou nitidamente separada de seu ego e erroneamente deslocada para a realidade externa?

Não posso dizer se com os senhores acontece a mesma coisa que a mim. Há longo tempo, sob a poderosa impressão deste quadro clínico, formei a idéia de que a separação da instância observadora, do restante do ego, poderia ser um aspecto regular da estrutura do ego; essa idéia nunca me abandonou, e fui levado a investigar as demais características e conexões da instância que assim estava separada. O passo seguinte é dado rapidamente. O conteúdo dos delírios de ser observado já sugere que o observar é apenas uma preparação do julgar e do punir e, por conseguinte, deduzimos que uma outra função dessa instância deve ser o que chamamos nossa consciência. Dificilmente existe em nós alguma outra coisa que tão regularmente separemos de nosso ego e a que facilmente nos opomos como justamente nossa consciência. Sinto-me inclinado a fazer algo que penso irá dar-me prazer, mas abandono-o pelo motivo de que minha consciência não o admite. Ou deixei-me persuadir por uma expectativa muito grande de prazer de fazer algo a que a voz da consciência fez objeções e, após o ato, minha consciência me pune com censuras dolorosas e me faz sentir remorsos pelo ato. Poderia dizer simplesmente que a instância especial que estou comendo a diferenciar no ego é a consciência. É mais prudente, contudo, manter a instância como algo independente e supor que a consciência é uma de suas funções, e que a auto-observação, que é um preliminar essencial da atividade de julgar da consciência, é mais uma de tais funções. E desde que, reconhecendo que algo tem existência separada, lhe damos um nome que lhe seja seu, de ora em diante descreverei essa instância existente no ego como o *'superego'*.

Estou preparado para ouvir agora os senhores perguntem-me ironicamente se nossa psicologia do ego não está senão tomando literalmente abstrações de uso corrente, e num sentido primário, e transformando-as de conceitos em coisas — com o que não se teria muito a ganhar. A isto eu responderia que, na psicologia do ego, seria difícil evitar aquilo que é conhecido universalmente; antes, será mais uma questão de novas formas de ver as coisas e novas maneiras de situá-las, do que de novas descobertas. Assim, refreiem suas críticas irônicas, por agora, e aguardem mais explicações. Os fatos da

patologia conferem ao nosso trabalho uma base de informações que os senhores procurariam inutilmente na psicologia popular. Portanto, prosseguirei.

Seria difícil familiarizarmo-nos com a idéia de um superego como este, que goza de um determinado grau de autonomia, que age segundo suas próprias intenções e que é independente do ego para a obtenção de sua energia; há, porém, um quadro clínico que se impõe à nossa observação e que mostra nitidamente a severidade dessa instância e até mesmo sua crueldade, bem como suas cambiantes relações com o ego. Estou-me referindo à situação da melancolia,¹ ou, mais precisamente, dos surtos melancólicos, dos quais os senhores terão ouvido falar muito, ainda que não sejam psiquiatras. O aspecto mais evidente dessa doença, de cujas causas e de cujo mecanismo conhecemos quase nada, é o modo como o superego — *'consciência'*, podem denominá-la assim, tranquilamente — trata o ego. Embora um melancólico possa, assim como outras pessoas, mostrar um grau maior ou menor de severidade para consigo mesmo nos seus períodos sadios, durante um surto melancólico seu superego se torna supersevero, insulta, humilha e maltrata o pobre ego, ameaça-o com os mais duros castigos, recrimina-o por atos do passado mais remoto, que haviam sido considerados, à época, insignificantes — como se tivesse passado todo o intervalo reunindo acusações e apenas tivesse estado esperando por seu atual acesso de severidade a fim de apresentá-las e proceder a um julgamento condenatório, com base nelas. O superego aplica o mais rígido padrão de moral ao ego indefeso que lhe fica à mercê; representa, em geral, as exigências da moralidade, e compreendemos imediatamente que nosso sentimento moral de culpa é expressão da tensão entre o ego e o superego. Constitui experiência muitíssimo marcante ver a moralidade, que se supõe ter-nos sido dada por Deus e, portanto, profundamente implantada em nós, funcionando nesses pacientes como fenômeno periódico. Pois, após determinado número de meses, todo o exagero moral

¹ [A terminologia moderna provavelmente falaria em *'depressão'*.]

passou, a crítica do superego silencia, o ego é reabilitado e novamente goza de todos os direitos do homem, até o surto seguinte. Em determinadas formas da doença, na verdade, passa-se algo de tipo contrário, nos intervalos; o ego encontra-se em um estado beatífico de exaltação, celebra um triunfo, como se o superego tivesse perdido toda a sua força ou estivesse fundido no ego; e esse ego liberado, maníaco, permite-se uma satisfação verdadeiramente desinibida de todos os seus apetites. Aqui estão acontecimentos ricos em enigmas não solucionados!

Sem dúvida, os senhores esperarão que eu lhes dê mais do que uma simples ilustração quando lhes informo haveremos descoberto todo tipo de coisas acerca da formação do superego — isto é, sobre a origem da consciência. Seguindo um conhecido pronunciamento de Kant, que liga a consciência dentro de nós com o céu estrelado, um homem piedoso bem poderia ser tentado a venerar essas duas coisas como as obras-primas da criação. As estrelas são, na verdade, magníficas, porém, quanto à consciência, Deus executou um trabalho torto e negligente, pois da consciência a maior parte dos homens recebeu apenas uma quantia modesta, ou mal recebeu o suficiente para ser notado. Longe de nós desprezarmos a parcela de verdade psicológica da afirmação segundo a qual a consciência é de origem divina; contudo, a tese requer interpretação. Conquanto a consciência seja algo 'dentro de nós', ela, mesmo assim, não o é desde o início. Nesse ponto, ela é um contraste real com a vida sexual, que existe de fato desde o início da vida e não é apenas um acréscimo posterior. Pois bem, como todos sabem, as crianças de tenra idade são amorais e não possuem inibições internas contra seus impulsos que buscam o prazer. O papel que mais tarde é assumido pelo superego é desempenhado, no início, por um poder externo, pela autoridade dos pais. A influência dos pais governa a criança, concedendo-lhe provas de amor e ameaçando com castigos, os quais, para a criança, são sinais de perda do amor e se farão temer por essa mesma causa. Essa ansiedade realística é o precursor da

ansiedade moral¹ subsequente. Na medida em que ela é dominante, não há necessidade de falar em superego e consciência. Apenas posteriormente é que se desenvolve a situação secundária (que todos nós com demasiada rapidez havemos de considerar como sendo a situação normal), quando a coerção externa é internalizada, e o superego assume o lugar da instância parental e observa, dirige e ameaça o ego, exatamente da mesma forma como anteriormente os pais faziam com a criança.

O superego, que assim assume o poder, a função e até mesmo os métodos da instância parental, é, porém, não simplesmente seu sucessor, mas também, realmente, seu legítimo herdeiro. Procede diretamente dele, e verificaremos agora por que processo. Antes, porém, atentemos para uma discrepância entre os dois. O superego parece ter feito uma escolha unilateral e ter ficado apenas com a rigidez e severidade dos pais, com sua função proibidora e punitiva, ao passo que o cuidado carinhoso deles parece não ter sido assimilado e mantido. Se os pais realmente impuseram sua autoridade com severidade, facilmente podemos compreender que a criança desenvolva, em troca, um superego severo. Contrariando nossas expectativas, porém, a experiência mostra que o superego pode adquirir essas mesmas características de severidade inflexível, ainda que a criança tenha sido educada de forma branda e afetuosa, e se tenham evitado, na medida do possível, ameaças e punições. Mais adiante, retornaremos a essa contradição, quando tratarmos das transformações do instinto durante a formação do superego.²

Não posso dizer-lhes tanto quanto gostaria a respeito da metamorfose do relacionamento parental em superego, em parte porque esse processo é tão complexo, que uma exposição dele não cabe dentro do esquema de trabalho de uma série de conferências de introdução, como a que tento dar-lhes, mas em parte, também, porque não nos sentimos seguros de que

¹ ['*Gewissenangst*', literalmente 'ansiedade de consciência'. Pode ser encontrado um comentário sobre essa palavra numa nota de rodapé acrescentada pelo Editor Inglês a *Inibições, Sintomas e Ansiedade*, Edição *Standard Brasileira*, Vol. XX, págs. 151-2, IMAGO Editora, 1976.]

² [Ver pág. 135, adiante.]

estêjamos compreendendo-a por inteiro. Assim, devem satisfazer-se com o esboço que se segue.

A base do processo é o que se chama 'identificação' — isto é, a ação de assemelhar um ego a outro ego,¹ em consequência do que o primeiro ego se comporta como o segundo, em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si. A identificação tem sido comparada, não inadequadamente, com a incorporação oral, canibalística, da outra pessoa. É uma forma muito importante de vinculação a uma outra pessoa, provavelmente a primeira forma, e não é o mesmo que escolha objetal. A diferença entre ambas pode ser expressa mais ou menos da seguinte maneira. Se um menino se identifica com seu pai, ele quer *ser igual* a seu pai; se fizer dele o objeto de sua escolha, o menino quer *tê-lo*, possuí-lo. No primeiro caso, seu ego modifica-se conforme o modelo de seu pai; no segundo caso, isso não é necessário. Identificação e escolha objetal são, em grande parte, independentes uma da outra; no entanto, é possível identificar-se com alguém que, por exemplo, foi tomado como objeto sexual, e modificar o ego segundo esse modelo. Diz-se que a influência sobre o ego, motivada pelo objeto sexual, ocorre com particular frequência em mulheres e é característica da feminilidade. Devo ter-lhes falado, já, em minhas conferências anteriores, daquilo que é, sem dúvida, a relação mais esclarecedora entre identificação e escolha objetal. Pode ser observado com igual facilidade em crianças e em adultos, tanto em pessoas normais como em pessoas doentes. Se alguém perdeu um objeto, ou foi obrigado a se desfazer dele, muitas vezes se compensa disto identificando-se com ele e restabelecendo-o novamente no ego, de modo que, aqui, a escolha objetal regride, por assim dizer, à identificação.²

¹ [Isto é, um ego vir a assemelhar-se a um outro ego.]

² [Esse assunto é, realmente, objeto de apenas uma breve alusão nas *Conferências Introdutórias* (ver a parte final da Conferência XXVI, Edição *Standard Brasileira*, Vol. XVI, pág. 498, IMAGO Editora, 1976). A identificação foi o tema do Capítulo VII de *Psicologia de Grupo* (1921c), *ibid.*, Vol. XVIII, pág. 133 e segs., IMAGO Editora, 1976. A formação do superego foi exposta extensamente no Capítulo III de *O Ego e o Id* (1923b), *ibid.*, Vol. XIX, pág. 42 e segs., IMAGO Editora, 1976.]

Eu próprio não estou, de modo algum, satisfeito com esses comentários sobre identificação; mas isto será suficiente se os senhores puderem assegurar-me de que a instalação do superego pode ser classificada como exemplo bem sucedido de identificação com a instância parental. O fato que fala decisivamente a favor desse ponto de vista é que essa nova criação de uma instância superior dentro do ego está muito intimamente ligada ao destino do complexo de Édipo, de modo que o superego surge como o herdeiro dessa vinculação afetiva tão importante para a infância. Abandonando o complexo de Édipo, uma criança deve, conforme podemos ver, renunciar às intensas catexias objetais que depositou em seus pais, e é como compensação por essa perda de objetos que existe uma intensificação tão grande das identificações com seus pais, as quais provavelmente há muito estiveram presentes em seu ego. Identificações desse tipo, cristalização de catexias objetais a que se renunciou, repetir-se-ão muitas vezes, posteriormente, na vida da criança; contudo, está inteiramente de acordo com a importância afetiva desse primeiro caso de uma tal transformação o fato de que se deve encontrar no ego um lugar especial para seu resultado. Uma investigação atenta mostrou-nos, também, que o superego é tolhido em sua força e crescimento se a superação do complexo de Édipo tem êxito apenas parcial. No decurso do desenvolvimento, o superego também assimila as influências que tomaram o lugar dos pais — educadores, professores, pessoas escolhidas como modelos ideais. Normalmente, o superego se afasta mais e mais das figuras parentais originais; torna-se, digamos assim, mais impessoal. E não se deve esquecer que uma criança tem conceitos diferentes sobre seus pais, em diferentes períodos de sua vida. À época em que o complexo de Édipo dá lugar ao superego, eles são algo de muito extraordinário; depois, porém, perdem muito desse atributo. Realizam-se, pois, identificações também com esses pais dessa fase ulterior, e, na verdade, regularmente fazem importantes contribuições à formação do caráter; nesse caso, porém,

apenas atingem o ego, já não mais influenciam o superego que foi determinado pelas imagens parentais mais primitivas.¹

Espero que já tenham formado uma opinião de que a hipótese do superego realmente descreve uma relação estrutural, e não é meramente uma personificação de abstrações tais como a da consciência. Resta mencionar mais uma importante função que atribuímos a esse superego. É também o veículo do ideal do ego, pelo qual o ego se avalia, que o estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir. Não há dúvida de que esse ideal do ego é o precipitado da antiga imagem dos pais, a expressão de admiração pela perfeição que a criança então lhes atribuía.²

Tenho como certo que os senhores já ouviram falar muito no sentimento de inferioridade, que se supõe caracterize especialmente os neuróticos. Ele freqüente, em particular, as páginas do que se conhece como *belles lettres*. Um autor, ao usar

¹ [Esse ponto foi discutido por Freud em um artigo sobre 'O Problema Econômico do Masoquismo' (1924c), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIX, pág. 209, IMAGO Editora, 1976, no qual, aliás, uma nota de rodapé do Editor Inglês aborda o uso que fazia Freud do termo 'imagem'.]

² [Há certa obscuridade nessa passagem, e em especial na expressão '*der Träger des Ichideals*', aqui traduzida como 'o veículo do ideal do ego'. Quando Freud, pela primeira vez, introduziu esse conceito em seu artigo sobre narcisismo (1914c), fez uma distinção entre o ideal do ego como tal e 'uma instância psíquica especial que realiza a tarefa de procurar fazer com que a satisfação narcísica proveniente do ideal do ego seja assegurada e que, com esse fim em vista, constantemente observa o ego real e o avalia segundo esse ideal' (Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIV, pág. 112, IMAGO Editora, 1974). De modo similar, na Conferência XXVI das *Conferências Introdutórias* (1916-17), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XVI, págs. 499-500, IMAGO Editora, 1976, fala numa pessoa que sente 'uma instância que assume o domínio do seu ego e que mede seu ego real e cada uma de suas atividades mediante um ego ideal que ele, paciente, criou para si próprio no decorrer do seu desenvolvimento'. Em alguns dos escritos subsequentes de Freud, essa diferença entre o ideal e a instância que o impõe se obscurece. Parece possível que ela esteja redutível aqui e que o superego esteja sendo identificado com a instância que impõe. O uso do termo '*Idealfunktion*', três parágrafos mais adiante (pág. 86), levanta a mesma questão. Todo esse assunto foi discutido na Introdução do Editor Inglês a *O Ego e o Id* (1923b) (*ibid.*, Vol. XIX, pág. 20-1, IMAGO Editora, 1976).]

a expressão 'complexo de inferioridade', pensa que com isto satisfizes todas as exigências da psicanálise e elevou sua criação literária a um plano mais elevado. De fato, 'complexo de inferioridade' é um termo técnico quase nunca usado em psicanálise. Para nós, ele não comporta o significado de algo simples, nem, muito menos, de algo elementar. Atribuí-lo à autopercepção de possíveis defeitos orgânicos, como pretende fazê-lo a escola daqueles que são conhecidos como 'psicólogos do indivíduo',¹ parece-nos um erro insensato. O sentimento de inferioridade possui fortes raízes eróticas. Uma criança sente-se inferior quando verifica que não é amada, e o mesmo se passa com o adulto. O único órgão corporal realmente considerado inferior é o pênis atrofiado, o clitoris da menina.² A parte principal do sentimento de inferioridade, porém, deriva-se da relação do ego com o superego; assim como o sentimento de culpa, é expressão da tensão entre eles. Em conjunto, é difícil separar o sentimento de inferioridade do sentimento de culpa. Talvez seja correto considerar aquele como o complemento erótico do sentimento moral de inferioridade. Deu-se pouca atenção, na psicanálise, à questão referente à delimitação dos dois conceitos.

Justamente porque o complexo de inferioridade se tornou tão popular, arriscar-me-ei, aqui, a entretê-los com uma breve digressão. Um personagem histórico dos nossos dias, que ainda vive, embora no momento se tenha retirado de cena, sofre de um defeito em um dos membros, devido a uma lesão no nascimento. Um conhecido escritor contemporâneo, especialmente dado a compilar biografias de celebridades, abordou, entre outras coisas, a vida do homem de quem estou falando.³ Ora, ao escrever uma biografia, talvez seja difícil suprimir uma necessidade de sondar as profundezas psicológicas. Por essa razão, nosso autor arriscou-se a uma tentativa de erigir todo o desen-

¹ [Seus pontos de vista são discutidos na Conferência XXXIV, pág. 167 e segs., adiante.]

² [Cf. uma nota de rodapé, de Freud, a seu artigo sobre a diferença anatômica entre os sexos (1925j), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIX, pág. 315, IMAGO Editora, 1976.]

³ [Wilhelm II, por Emil Ludwig (1926).]

volvimento do caráter de seu herói sobre o sentimento de inferioridade que devia ter sido provocado por seu defeito físico. Com isso, desprezou ele um fato diminuto, mas não insignificante. É comum as mães, a quem o destino presenteou com um filho doentio ou portador de alguma outra desvantagem, tentarem compensá-lo de sua injusta desvantagem com uma superabundância de amor. No exemplo em questão, a orgulhosa mãe portou-se de modo diferente; retirou do filho o seu amor, por causa da enfermidade dele. Quando chegou a ser um homem de grande poder, demonstrou inequivocamente, por seus atos, não se haver jamais esquecido de sua mãe. Quando os senhores considerarem a importância do amor de uma mãe para a vida mental de uma criança, sem dúvida efetuarão uma táctica correção da teoria da inferioridade proposta pelo biógrafo.

Retornemos, porém, ao superego. Atribuímos-lhe as funções de auto-observação, de consciência e de [manter] o ideal.¹ Daquilo que dissemos sobre sua origem, segue-se que ele pressupõe um fato biológico extremamente importante e um fato psicológico decisivo; ou seja, a prolongada dependência da criança em relação a seus pais e o complexo de Édipo, ambos intimamente inter-relacionados. O superego é para nós o representante de todas as restrições morais, o advogado de um esforço tendente à perfeição — é, em resumo, tudo o que podemos captar psicologicamente daquilo que é catalogado como o aspecto mais elevado da vida do homem. Como remonta à influência dos pais, educadores, etc., aprendemos mais sobre seu significado se nos voltamos para aqueles que são sua origem. Via de regra, os pais, e as autoridades análogas a eles, seguem os preceitos de seus próprios superegos ao educar as crianças. Seja qual for o entendimento a que possam ter chegado entre si o seu ego e o seu superego, são severos e exigentes ao educar os filhos. Esqueceram as dificuldades de sua própria infância e agora se sentem contentes com identificar-se eles próprios, inteiramente, com seus pais, que no passado

¹ ['Idealfunktion'. Cf. nota de rodapé 2, pág. 84, acima.]

impuseram sobre eles restrições tão severas. Assim, o superego de uma criança é, com efeito, construído segundo o modelo não de seus pais, mas do superego de seus pais; os conteúdos que ele encerra são os mesmos, e torna-se veículo da tradição e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma se transmitiram de geração em geração. Facilmente podem adivinhar que, quando levamos em conta o superego, estamos dando um passo importante para a nossa compreensão do comportamento social da humanidade — do problema da delinqüência, por exemplo — e, talvez, até mesmo estejamos dando indicações práticas referentes à educação. Parece provável que aquilo que se conhece como visão materialista da história peque por subestimar esse fator. Eles o põem de lado, com o comentário de que as 'ideologias' do homem nada mais são do que produto e superestrutura de suas condições econômicas contemporâneas. Isto é verdade, mas muito provavelmente não a verdade inteira. A humanidade nunca vive inteiramente no presente. O passado, a tradição da raça e do povo, vive nas ideologias do superego e só lentamente cede às influências do presente, no sentido de mudanças novas; e, enquanto opera através do superego, desempenha um poderoso papel na vida do homem, independentemente de condições econômicas. [Cf. pág. 216 e segs.]

Em 1921, procurei utilizar a diferenciação entre o ego e o superego num estudo sobre psicologia de grupo. Cheguei a uma fórmula do seguinte teor: um grupo psicológico é uma coleção de indivíduos que introduziram a mesma pessoa em seu superego e, com base nesse elemento comum, identificaram-se entre si no seu ego.¹ Isto se aplica, naturalmente, apenas a grupos que têm um líder. Se possuíssemos mais aplicações dessa espécie, a hipótese do superego perderia seus últimos resquícios de ser uma coisa estranha para nós, e nos livrariamos completamente da perplexidade de que somos tomados quando, acostumados como estamos à atmosfera do submundo, nos movemos nas camadas mais superficiais, mais elevadas, do

¹ [Psychologia de Grupo (1921c), Edição Standard Brasileira, Vol. XVIII, pág. 147, IMAGO Editora, 1976.]

aparelho mental. Não supomos, naturalmente, que, com o des-
taque dado ao superego, tenhamos dito a última palavra sobre
a psicologia do ego. É, antes, um primeiro passo; porém, nesse
caso, o difícil não é só o primeiro passo.

Agora, contudo, um outro problema nos aguarda — o
lado oposto do ego, poderíamos dizer. No-lo apresenta um fato
observado durante o trabalho da análise, uma observação que
é realmente muito antiga. Como não raro acontece, levou muito
tempo até se chegar ao ponto de ser avaliada sua importância.
Toda a teoria da psicanálise, como sabem, é de fato construída
sobre a percepção da resistência que o paciente nos oferece,
quando tentamos tornar-lhe consciente o seu inconsciente. O
sinal objetivo dessa resistência é suas associações deixarem de
fluir livremente do assunto que está sendo tratado. Pode, tam-
bém, o paciente reconhecer *subjetivamente* a resistência pelo
fato de que tem sentimentos desagradáveis quando se aproxima
do assunto. Esse último sinal, contudo, também pode estar
ausente. Dizemos então ao paciente que inferimos de sua con-
duta que ele está, agora, num estado de resistência; e ele res-
ponde que nada sabe disso e só se apercebe de que suas asso-
ciações se tornaram mais difíceis. Acontece que tínhamos razão;
mas, nesse caso, sua resistência também era inconsciente, tão
inconsciente quanto o reprimido, em cujo esclarecimento esta-
mos trabalhando. Há muito deveríamos ter feito a pergunta:
de que parte de sua mente surge uma resistência de tal ordem?
O principiante em psicanálise está pronto para responder de
imediatos: é, naturalmente, a resistência do inconsciente. Res-
posta ambígua e inútil! Se significa que a resistência surge do
reprimido, devemos acrescentar: certamente não! Devemos,
antes, atribuir ao reprimido uma tendência ascendente, um im-
pulso de irromper na consciência. A resistência só pode ser
manifestação do ego, que originalmente forçou a repressão e
agora deseja mantê-la. Ademais, esta é a opinião que sempre
tivemos. Porque chegamos a supor uma instância especial no
ego, o superego, o qual representa as exigências de caráter
restritivo e objetável, podemos dizer que a repressão é o traba-
lho desse superego, e que é efetuada ou por este mesmo, ou pelo
ego, em obediência a ordens dele. Se, pois, na análise, depara-

mos com o caso de a resistência não ser consciente para o
paciente, isto significa que, em situações muito importantes, o
superego e o ego podem operar inconscientemente, ou que —
e isto seria ainda mais importante — partes de ambos, do ego
e do superego, são inconscientes. Nos dois casos, temos de con-
tar com a desagradável descoberta de que, por um lado, o
(super)ego e o consciente e, por outro lado, o reprimido e o
inconsciente não são de modo algum coincidentes.

E aqui, senhoras e senhores, sinto que devo fazer uma
pausa para tomar fôlego — o que os senhores receberão com
alívio — e, antes de prosseguir, pedir-lhes desculpas. Minha
intenção é fornecer-lhes alguns acréscimos às conferências in-
trodutórias sobre psicanálise, que iniciiei há quinze anos, e sin-
to-me obrigado a conduzir-me como se, tanto os senhores como
eu, nesse intervalo, não tivéssemos feito outra coisa senão exer-
cer a psicanálise. Sei que uma tal suposição é descabida; não
tenho, porém, outro recurso, não posso agir de modo diferente.
Isto se relaciona, sem dúvida, ao fato de que, em geral, é tão
difícil proporcionar a quem não é psicanalista uma compreen-
são interna (*insight*) da psicanálise. Os senhores podem acre-
ditar em mim, quando lhes digo que não é de nosso agrado
dar uma impressão de sermos membros de uma sociedade se-
creta e de praticarmos uma ciência mística. Mesmo assim, te-
mos sido obrigados a reconhecer e a expressar nossa convic-
ção de que ninguém tem o direito de participar de uma dis-
cussão sobre psicanálise, se não teve experiência própria, que
só pode ser obtida ao ser analisado. Quando lhes proferi mi-
nhas conferências, há quinze anos, procurei poupar-lhes deter-
minadas partes especulativas de nossa teoria; mas é justamente
delas que derivam as novas aquisições de que devo falar-lhes,
hoje.

Retorno, agora, ao nosso tema. Em face da dúvida quanto
a saber se o ego e o superego são inconscientes, ou se simples-
mente produzem efeitos inconscientes, decidimo-nos, por boas
razões, a favor da primeira possibilidade. É realmente este
o caso: grande parte do ego e do superego pode permanecer
inconsciente e é normalmente inconsciente. Isto é, a pessoa

Latente - Pré consciente
Recebido. Inconsciente

nada sabe dos conteúdos dos mesmos, e é necessário dispendir esforços para torná-los conscientes. É um fato que o ego e o consciente, o reprimido e o inconsciente não coincidem. Sentimos necessidade de proceder a uma revisão fundamental de nossa atitude relativa a esse problema consciente-inconsciente. Em primeiro lugar, sentimo-nos muito inclinados a reduzir o valor do critério do ser consciente, de vez que se mostrou tão pouco digno de fé. Mas estaríamos fazendo-lhe uma injustiça. E como se pode dizer de nossa vida: não tem muito valor, mas é tudo o que temos. Sem a revelação proporcionada pela qualidade da consciência, estaríamos perdidos na obscuridade da psicologia profunda; devemos, contudo, encontrar nosso rumo.

Não há necessidade de discutir o que se deva denominar consciente: não pairam dúvidas sobre isto. O mais antigo e o melhor significado da palavra 'inconsciente' é o significado descritivo. Denominamos inconsciente um processo psíquico cuja existência somos obrigados a supor — devido a algum motivo tal que o inferimos a partir de seus efeitos —, mas do qual nada sabemos. Nesse caso, temos para tal processo a mesma relação que temos com um processo psíquico de uma outra pessoa, exceto que, de fato, se trata de um processo nosso, mesmo. Se quisermos ser ainda mais corretos, modificaremos nossa assertiva dizendo que denominamos inconsciente um processo se somos obrigados a supor que ele está sendo ativado *no momento*, embora *no momento* não saibamos nada a seu respeito. Essa restrição faz-nos raciocinar que a maioria dos processos conscientes são conscientes apenas num curto espaço de tempo; muito em breve se tornam *latentes*, podendo, contudo, facilmente tornar-se de novo conscientes. Também poderíamos dizer que se tornaram inconscientes, se fosse absolutamente certo que, na condição de latência, ainda constituem algo de psíquico. Até aí, não teríamos aprendido nada novo; e não teríamos adquirido o direito de introduzir o conceito de inconsciente na psicologia. Mas então surge a observação que já pudemos fazer com referência às parapraxias. A fim de explicar um lapso de língua, por exemplo, achamo-nos na obrigação de supor que a intenção de fazer um determinado comentário estava presente na pessoa. Concluimo-lo, com segu-

rança, a partir da interferência dessa intenção no comentário que ocorreu; mas a intenção não foi levada a cabo e era, portanto, inconsciente. Quando, a seguir, nós a revelamos à pessoa que cometeu o lapso, se ela reconhece tal intenção como sendo-lhe já familiar, era-lhe esta, então, apenas temporariamente inconsciente; se, contudo, a repele como algo alheio, tal intenção foi, então, permanentemente inconsciente.¹ Partindo dessa experiência, retrospectivamente adquirimos o direito de afirmar ser inconsciente também algo que tinha sido qualificado como latente. Uma reflexão sobre essa relação dinâmica permite-nos, agora, distinguir duas espécies de inconsciente — uma que é facilmente transformada, em circunstâncias de ocorrência freqüente, em algo consciente; e uma outra, na qual essa transformação é difícil e apenas se realiza quando sujeita a considerável dispêndio de esforços, ou, possivelmente, jamais se efetue, absolutamente. Com a finalidade de evitar a ambigüidade no sentido de estarmos-nos referindo a um ou a outro inconsciente, de estarmos usando a palavra no sentido descritivo ou no sentido dinâmico, utilizamo-nos de um expediente permissível e simples. O inconsciente que está apenas latente, e portanto facilmente se torna consciente, denominamo-lo 'pré-consciente', e reservamos o termo 'inconsciente' para o outro. Temos, agora, três termos, 'consciente', 'pré-consciente' e 'inconsciente', com os quais podemos ser bem sucedidos em nossa descrição dos fenômenos mentais. Repetindo: o pré-consciente também é inconsciente no sentido puramente descritivo, mas não lhe atribuímos esse nome, exceto quando falamos sem a preocupação de conferir-lhe precisão, ou quando temos de fazer a defesa da existência, na vida mental, de processos inconscientes em geral.

Os senhores admitirão, segundo espero, que até esse ponto isto não está totalmente mal e permite um manejo conveniente. Sim, mas infelizmente o trabalho da psicanálise viu-se compelido a empregar a palavra 'inconsciente' em mais um sentido, o terceiro, e isto, certamente, pode ter causado confusão. Sob

¹ [Cf. *Conferências Introdutórias*, IV, Edição Standard Brasileira, Vol. XV, págs. 83-4, IMAGO Editora, 1976.]

Não de degen c 12-10-1910 - a página 2
trava egrina.

¹ [Médico alemão, por cujas idéias não-convencionais Freud se sentia muito atraído.]

² [Em alemão 'Es', o termo comum para 'it', inglês, e 'Es', alemão, são um mesmo pronome neutro, que se traduz por 'ele', 'ela', 'isto'. 'Id' é a forma latina do mesmo pronome. [N. do T brasileiro.]]

³ [Uma exposição sobre a evolução dos pontos de vista de Freud sobre esse assunto é feita na Introdução do Editor Inglês a *O Ego e o Id* (1923b), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIX, págs. 14-22, IMAGO Editora, 1976. Pode-se observar que a abreviatura '*Inc.*', afora essa passagem, não foi empregada por Freud após *O Ego e o Id*, até surgir

92

... e permitido do Dny Nord-
cad.

uma única vez em *Moisés e o Monoteísmo* (1939a), Ensaio III, Parte I, Seção E.]

¹ [Cabe aqui o comentário de que apenas um ano, mais ou menos, antes de escrever isso, Freud estivera colaborando com W. C. Bullitt (à época, embaixador norte-americano em Berlim), num rascunho de um estudo psicológico sobre o presidente Wilson, cujas idéias políticas criticava muito. Em 1966, Bullitt publicou (em inglês) um estudo sobre Wilson, agradecendo a Freud como seu co-autor. Contudo, o livro, quanto muito nitidamente influenciado pelas idéias de Freud, parece não encerrar qualquer contribuição realmente escrita por Freud, à exceção de uma Introdução (Freud, 1966b), da qual subsiste o original alemão. Presume-se que a tradução inglesa dessa Introdução seja da autoria de Bullitt.]

mas coisas, naturalmente, são conforme os senhores esperavam, pois não se pode capturar peixes nas montanhas e os vinhedos não crescem na água. Realmente, o quadro da região, que os senhores se afiguravam, pode, na sua totalidade, ajustar-se aos fatos; os senhores, no entanto, terão de conformar-se com detalhes nos detalhes.

Os senhores não haverão de esperar que eu tenha muita coisa nova a dizer-lhes acerca do id, exceto o seu nome novo. É a parte obscura, a parte inacessível de nossa personalidade; o pouco que sabemos a seu respeito, aprendemo-lo de nosso estudo da elaboração onírica e da formação dos sintomas neuróticos, e a maior parte disso é de caráter negativo e pode ser descrita somente como um contraste com o ego. Abordamos o id com analogias; denominamo-lo caos, caldeirão cheio de agitação fervilhante. Descrevemo-lo como estando aberto, no seu extremo, a influências somáticas e como contendo dentro de si necessidades instintuais que nele encontram expressão psíquica;¹ não sabemos dizer, contudo, em que substrato. Está repleto de energias que a ele chegam dos instintos, porém não possui organização, não expressa uma vontade coletiva, mas somente uma luta pela consecução da satisfação das necessidades instintuais, sujeita à observância do princípio de prazer. As leis lógicas do pensamento não se aplicam ao id, e isto é verdadeiro, acima de tudo, quanto à lei da contradição. Impulsos contrários existem lado a lado, sem que um anule o outro, ou sem que um diminua o outro: quando muito, podem convergir para formar conciliações, sob a pressão econômica dominante, com vistas à descarga da energia. No id não há nada que se possa comparar à negativa, e é com surpresa que percebemos uma exceção ao teorema filosófico segundo o qual

¹ [Aqui, Freud está considerando os instintos como algo físico, de que os processos mentais são os representantes. Uma longa discussão a esse respeito será encontrada na Nota do Editor Inglês a 'Os Instintos e suas Vicissitudes' (1915c), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIV, pág. 129 e segs., IMAGO Editora, 1974.]

espaço e tempo são formas necessárias de nossos atos mentais.¹ No id, não existe nada que corresponda à idéia de tempo; não há reconhecimento da passagem do tempo, e — coisa muito notável e mercedora de estudo no pensamento filosófico — nenhuma alteração em seus processos mentais é produzida pela passagem do tempo.² Impulsos plenos de desejos, que já mais passaram além do id, e também impressões, que foram mergulhadas no id pelas repressões, são virtualmente imortais; depois de se passarem décadas, comportam-se como se tivessem ocorrido há pouco. Só podem ser reconhecidos como pertencentes ao passado, só podem perder sua importância e ser desistituídos de sua catexia de energia, quando tornados conscientes pelo trabalho da análise, e é nisto que, em grande parte, se baseia o efeito terapêutico do tratamento analítico.

Muitíssimas vezes, tive a impressão de que temos feito muito pouco uso teórico desse fato, estabelecido além de qualquer dúvida, da inalterabilidade do reprimido com o passar do tempo. Isto parece oferecer um acesso às mais profundas descobertas. E, infelizmente, eu próprio não fiz qualquer progresso nessa parte.

Naturalmente, o id não conhece nenhum julgamento de valores: não conhece o bem, nem o mal, nem moralidade. Domina todos os seus processos o fator econômico ou, se preferirem, o fator quantitativo, que está intimamente vinculado ao princípio de prazer. Catexias instintuais que procuram a descarga — isto, em nossa opinião, é tudo o que existe no id. Parece mesmo que a energia desses impulsos instintuais se acha num estado diferente daquele encontrado em outras regiões da mente, muito mais móvel e capaz de descarga;³ de outro modo,

¹ [É uma referência a Kant. Cf. *Além do Princípio de Prazer* (1920g), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XVIII, págs. 43-4, IMAGO Editora, 1976.]

² [Uma lista completa das referências muito frequentes de Freud a esse assunto, remontando aos seus primeiros escritos, é apresentada na Seção V de 'O Inconsciente' (1915e), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIV, pág. 214, IMAGO Editora, 1974.]

³ [Freud, em muitas passagens, fez referência a essa diferença. Ver, em especial, a Seção V do artigo metapsicológico sobre 'O Inconsciente' (1915e), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIV, pág. 215, IMAGO Edi-

não ocorreriam os deslocamentos e as condensações, que são tão característicos do id e que tão radicalmente desprezam a *qualidade* daquilo que é catexizado — aquilo que no ego chamáramos de uma idéia. Daríamos muito para entender mais acerca dessas coisas! Aliás, os senhores podem verificar que estamos em condições de atribuir ao id características outras além dessa de ser inconsciente, e podem reconhecer a possibilidade de partes do ego e do superego serem inconscientes, sem possuírem as mesmas características primitivas e irracionais.¹

Podemos esclarecer melhor as características do ego real, na medida em que este pode ser diferenciado do id e do superego, examinando sua relação com a parte mais superficial do aparelho mental, que descrevemos como o sistema *Pcpt.-Cs.*² Esse sistema está voltado para o mundo externo, é o meio de percepção daquilo que surge de fora, e durante o seu funcionamento surge nele o fenômeno da consciência. É o órgão sensorial de todo o aparelho; ademais, é receptivo não só às excitações provenientes de fora, mas também àquelas que emergem do interior da mente. Quase não necessitamos procurar uma justificativa para a opinião segundo a qual o ego é aquela parte do id que se modificou pela proximidade e influência do mundo externo, que está adaptada para a recepção de estímulos, e adaptada como escudo protetor contra os estímulos, comparável à camada cortical que circunda uma pequena massa de substância viva. A relação com o mundo externo tornou-se o fator decisivo para o ego; este assumiu a tarefa de representar

tora, 1974, e *Além do Princípio de Prazer* (1920g), *ibid.*, Vol. XVIII, págs. 41-2, IMAGO Editora, 1976. Em ambas as passagens, Freud atribui a distinção a Breuer, parece que tendo em mente uma nota de rodapé que se encontra na contribuição teórica de Breuer aos *Estudos sobre a Histeria* (1895d), *ibid.*, Vol. II, págs. 246-7, IMAGO Editora, 1974. Em 'O Inconsciente' ele observa que, em sua opinião, essa distinção representa a mais profunda compreensão interna (*insight*), que adquirimos até o momento atual, da natureza da energia nervosa. Cf. uma nota de rodapé na pág. 113, *adiante.*]

¹ [Essa descrição do id é baseada principalmente na Seção V do artigo sobre 'O Inconsciente'.]

² [Perceptual consciente.]

o mundo externo perante o id — o que é uma sorte para o id, que não poderia escapar à destruição se, em seus cegos intentos que visam à satisfação de seus instintos, não atentasse para esse poder externo supremo. Ao cumprir com essa função, o ego deve observar o mundo externo, deve estabelecer um quadro preciso do mesmo nos traços de memória de suas percepções, e, pelo seu exercício da função de 'teste de realidade',¹ deve excluir tudo o que nesse quadro do mundo externo é um acréscimo decorrente de fontes internas de excitação. O ego controla os acessos à motilidade, sob as ordens do id; mas, entre uma necessidade e uma ação, interpôs uma protelação sob forma de atividade do pensamento,² durante a qual se utiliza dos resíduos mnêmicos da experiência. Dessa maneira, o ego destronou o princípio de prazer, que domina o curso dos eventos no id sem qualquer restrição, e o substituiu pelo princípio de realidade, que promete maior certeza e maior êxito.

A relação com o tempo, tão difícil de descrever, também é introduzida no ego pelo sistema perceptual; dificilmente pode-se duvidar de que o modo de atuação desse sistema é o que dá origem à idéia de tempo.³ O que, contudo, muito particularmente distingue o ego do id é uma tendência à síntese de seu conteúdo, à combinação e à unificação nos seus processos mentais, o que está totalmente ausente no id. Quando, agora, abordarmos os instintos na vida mental, conseguiremos, segundo espero, reconstituir essa característica essencial do ego em sua origem.⁴ So-

¹ [Ver nota de rodapé 1, págs. 47-48, *acima.*]

² [Esse ponto está mais desenvolvido, *adiante*, à pág. 112.]

³ [Freud deu algumas indicações daquilo que tinha em mente, ao escrever esse fato, em seu artigo sobre o 'Bloco Mágico' (1925a), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIX, págs. 289-90, IMAGO Editora, 1976.]

⁴ [Não parece, de fato, que Freud tenha retornado ao assunto nestas conferências. — Ele havia discorrido sobre essa característica do ego, minuciosamente, no Capítulo III de *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926d), Edição *Standard Brasileira*, Vol. XX, págs. 119-22, IMAGO Editora, 1976. Embora tivesse acentuado a tendência sintética do ego, especialmente em seus últimos escritos (e.g., entre muitos outros, em *A Questão da Análise Leiga* (1926e), *ibid.*, págs. 223-4), o conceito estava implícito na sua concepção do ego, desde o início. Ver, por exemplo, o termo que quase invariavelmente usava, durante o período com Breuer, para idéias que tinham de ser reprimidas: 'incompatíveis' — isto é,

mente ela produz o alto grau de organização que o ego requer para suas melhores realizações. O ego evolui da percepção dos instintos para o controle destes; esse controle, porém, apenas é realizado pelo representante [psíquico] do instinto¹ quando tal representante se situa no lugar que lhe é próprio, num amplo conjunto de elementos, quando tomado em um contexto coerente. Para adotar um modo popular de falar, poderíamos dizer que o ego significa razão e bom senso, ao passo que o id significa as paixões indomadas.

Até aqui, temo-nos deixado impressionar pelos méritos e capacidades do ego; é tempo, agora, de considerar também o outro lado. O ego, afinal, é apenas uma parte do id, uma parte que foi adequadamente modificada pela proximidade com o mundo externo, com sua ameaça de perigo. Do ponto de vista dinâmico, ele é fraco, tomou emprestadas ao id as suas forças, e em parte entendemos os métodos — poderíamos chamá-los subterfúgios — pelos quais extrai do id quantidades adicionais de energia. Um dentre tais métodos, por exemplo, consiste em identificar-se com objetos reais ou abandonados. As catexias objetais procedem das exigências instintuais do id. O ego tem de, em primeiro lugar, registrá-las. Mas, identificando-se com o objeto, o ego recomenda-se ao id em lugar do objeto e procura desviar a libido do id para si próprio. Já vimos [pág. 84] que, no decurso de sua vida, o ego assume dentro de si um grande número de precipitados, como este das mencionadas catexias objetais. O ego deve, no geral, executar as intenções do id, e cumpre sua atribuição descobrindo as circunstâncias em que essas intenções possam ser mais bem realizadas. A relação do ego para com o id poderia ser comparada com a de um cavaleiro para com seu cavalo. O cavalo provê a energia de locomoção, enquanto o cavaleiro tem o privilégio de decidir o objetivo e de guiar o movimento do poderoso animal. Mas muito frequentemente surge entre o ego e o id a situação, não propriamente ideal, de o cavaleiro só poder guiar o cavalo por onde este quer ir.

que não podiam ser sintetizadas pelo ego. É o que se encontra no primeiro artigo sobre os neuropsicoses de defesa (1894a), *Standard Ed.*, 3 51 n.]

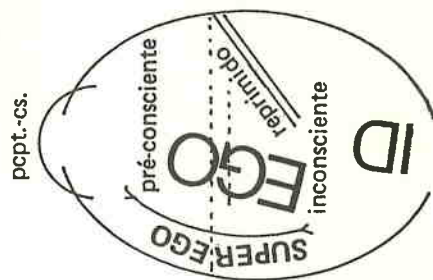
¹ [Ver nota de rodapé 1, pág. 94, acima.]

Há uma parte do id da qual o ego separou-se por meio de resistências devidas à repressão. A repressão, contudo, não se estende para dentro do id: o reprimido funde-se no restante do id.

Adverte-nos um provérbio de que não sirvamos a dois senhores ao mesmo tempo. O pobre do ego passa por coisas ainda piores: ele serve a três severos senhores e faz o que pode para harmonizar entre si seus reclamos e exigências. Esses reclamos são sempre divergentes e freqüentemente parecem incompatíveis. Não é para admirar se o ego tantas vezes falha em sua tarefa. Seus três tirânicos senhores são o mundo externo, o superego e o id. Quando acompanhamos os esforços do ego para satisfazê-los simultaneamente — ou antes, para obedecer-lhes simultaneamente —, não podemos nos arrepender por termo-lo perisonificado ou por termo-lo erigido em um organismo separado. Ele se sente cercado por três lados, ameaçado por três tipos de perigo, aos quais reage, quando duramente pressionado, gerando ansiedade. Devido à sua origem decorrente das experiências do sistema perceptual, ele é destinado a representar as exigências do mundo externo, contudo também se esforça por ser um servo leal do id, manter bom relacionamento com este, recomendar-se ao id como um objeto e atrair para si a libido do id. Em suas tentativas de exercer mediação entre o id e a realidade, freqüentemente é obrigado a encobrir as ordens *Inc.* do id mediante suas próprias racionalizações *Pcs.*, a ocultar os conflitos do id com a realidade, a reconhecer, com diplomática dissimulação, que percebe a realidade mesmo quando o id permanece rígido e intolerante. Por outro lado, é observado a cada passo pelo superego severo, que estabelece padrões definidos para sua conduta, sem levar na mínima conta suas dificuldades relativas ao mundo externo e ao id, e que, se essas exigências não são obedecidas, pune-o com intensos sentimentos de inferioridade e de culpa. Assim, o ego, pressionado pelo id, confinado pelo superego, repellido pela realidade, luta por exercer eficientemente sua incumbência econômica de instituir a harmonia entre as forças e as influências que atuam nele e sobre ele; e podemos compreender como é que com tanta freqüência não podemos reprimir uma exclamação: 'A vida não é fácil!' Se o ego é obrigado a admitir sua fraqueza, ele irrompe em ansiedade — ansiedade realística referente ao mundo externo, ansiedade moral

referente ao superego e ansiedade neurótica referente à força das paixões do id.

Gostaria de configurar as relações estruturais da personalidade mental, segundo as descrevi para os senhores, neste despretensioso esquema com que os apresento:



Como vêem, o superego se funde no id, na verdade, como herdeiro do complexo de Édipo, tem íntimas relações com o id; está mais distante do sistema perceptual do que o ego.¹ O id relaciona-se com o mundo externo somente através do ego — ao menos de acordo com esse diagrama. Por certo é difícil di-

¹ [Se este diagrama for comparado com o diagrama semelhante que se encontra em *O Ego e o Id* (1923b), Edição *Standard* Brasileira, Vol. XIX, pág. 38, IMAGO Editora, 1976, ver-se-á que o diagrama que foi feito primeiro difere deste principalmente pelo fato de que nele o superego não está indicado. Sua ausência está justificada em um tópico subsequente do mesmo trabalho (*ibid.*, pág. 51). Na edição original destas conferências, essa figura foi impressa na vertical, assim como sua predecessora em *O Ego e o Id*. Por algum motivo, talvez por economia de espaço, foi colocada virada de lado, embora em outros aspectos não tivesse sido modificada, tanto na G.S. como na G.W.]

zer, atualmente, em que medida o esquema está correto. Em um aspecto, indubitavelmente não está. O espaço ocupado pelo id inconsciente devia ter sido incomparavelmente maior do que o do ego ou do pré-consciente. Devo pedir-lhes que o corrijam em seus pensamentos.

E aqui está outra advertência para completar essas observações, que certamente foram cansativas e talvez não muito esclarecedoras. Ao pensar nessa divisão da personalidade em um ego, um superego e um id, naturalmente, os senhores não terão imaginado fronteiras nítidas como as fronteiras artificiais delineadas na geografia política. Não podemos fazer justiça às características da mente por esquemas lineares como os de um desenho ou de uma pintura primitiva, mas de preferência por meio de áreas coloridas fundindo-se umas com as outras, segundo as apresentam artistas modernos. Depois de termos feito a separação, devemos permitir que novamente se misture, conjuntamente, o que havíamos separado. Os senhores não devem julgar com demasiado rigor uma primeira tentativa de proporcionar uma representação gráfica de algo tão intangível como os processos psíquicos. É altamente provável que o desenvolvimento dessas divisões esteja sujeito a grandes variações em diferentes indivíduos; é possível que, no decurso do funcionamento real, elas possam mudar e passar por uma fase temporária de involução. Particularmente no caso da que é filogeneticamente a última e a mais delicada dessas divisões — a diferenciação entre o ego e o superego — algo desse teor parece verdadeiro. Está fora de dúvida que a mesma coisa se produz através da doença psíquica. Também é fácil imaginar que determinadas práticas místicas possam conseguir perturbar as relações normais entre as diferentes regiões da mente, de modo que, por exemplo, a percepção pode ser capaz de captar acontecimentos, nas profundezas do ego e no id, os quais de outro modo lhe seriam inacessíveis. Pode-se, porém, com segurança, duvidar se esse caminho nos levará às últimas verdades das quais é de se esperar a salvação. Não obstante, pode-se admitir que os intentos ter-

pêuticos da psicanálise têm escolhido uma linha de abordagem semelhante. Seu propósito é, na verdade, fortalecer o ego, fazê-lo mais independente do superego, ampliar seu campo de percepção e expandir sua organização, de maneira a poder assenhorear-se de novas partes do id.¹ Onde estava o id, ali estará o ego. É uma obra de cultura — não diferente da drenagem do Zuider Zee.

¹ [Freud dissera algo semelhante no último capítulo de *O Ego e o Id*, Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIX, págs. 72-3, IMAGO Editora, 1976.]